



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

A4 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
quinta-feira • 07 de maio de 2015

MPE considera aumento de IPTU inconstitucional

Ação Civil é ajuizada contra o município de São Cristóvão e a Câmara de Vereadores

O **Ministério Público Estadual (MPE)**, através do procurador-geral de Justiça, José Rony Silva Almeida, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), com pedido de medida cautelar, em face do município e da Câmara de Vereadores de São Cristóvão. A ação movida visa impugnar a Lei Complementar Municipal nº 32, de 24 de dezembro de 2013, que aumentou o valor do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) cobrado naquela localidade.

De acordo com a manifestação do Ministério Público, a norma municipal violou diversos preceitos contidos na Constituição do Estado de Sergipe, tais quais: o princípio da capacidade contributiva, da vedação ao confisco, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Cabe lembrar que a medida cautelar pleiteada pelo Ministério Público Estadual busca a imediata suspensão dos efeitos da norma, no intuito de evitar maiores prejuízos para os contribuintes são-cristóvenses.



**SEGUNDO O
MINISTÉRIO
PÚBLICO, NORMA
MUNICIPAL VIOLOU
DIVERSOS PRECEITOS
CONTIDOS NA
CONSTITUIÇÃO**

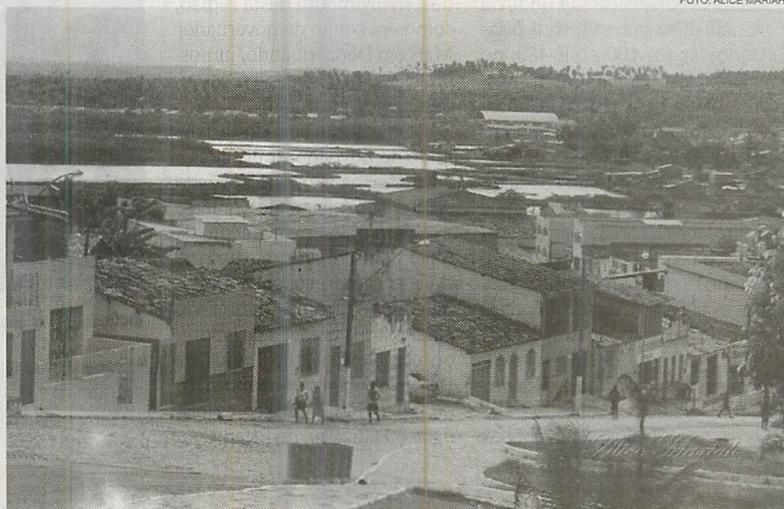


FOTO: ALICE MARIAH

■ Prefeitura de São Cristóvão diz que os trâmites sobre o aumento do IPTU estão dentro do que determina a lei

• Na Lei

Procurada pela reportagem do Jornal **Correio de Sergipe**, a Prefeitura de São Cristóvão informou que (até ontem) ainda não tinha sido notificada da Ação movida pelo MPE, mas ressalta que todos dos trâmites sobre o reajuste do IPTU estão dentro do que determina a lei. E frisou que só irá se pronunciar assim que receber a notificação.

• Representação

No dia 25 de março deste ano, o Fórum em Defesa da Grande Aracaju protocolou representação no Ministério Público Estadual, solicitando o ingresso na justiça com ação contra o aumento do IPTU. Segundo o representante do Fórum, José

Firmino, em 2014 a Prefeitura de São Cristóvão aplicou um aumento que chega, em alguns casos, a 1.000% e os moradores reclamaram, mas vinham pagando o imposto.

Na representação, o Fórum em Defesa da Grande Aracaju se disse preocupado com a forma como algumas prefeituras vêm atualizando as Plantas de Valores Mobiliários, consequentemente aumentando a Base de Cálculo do tributo, o que aumenta o imposto pago muito além da realidade dos contribuintes.

Entre os argumentos usados pelos militantes estão a ocorrência de possíveis irregularidades no reajuste do IPTU em São Cristóvão, ferindo princípios constitucionais e da legislação tributária.